

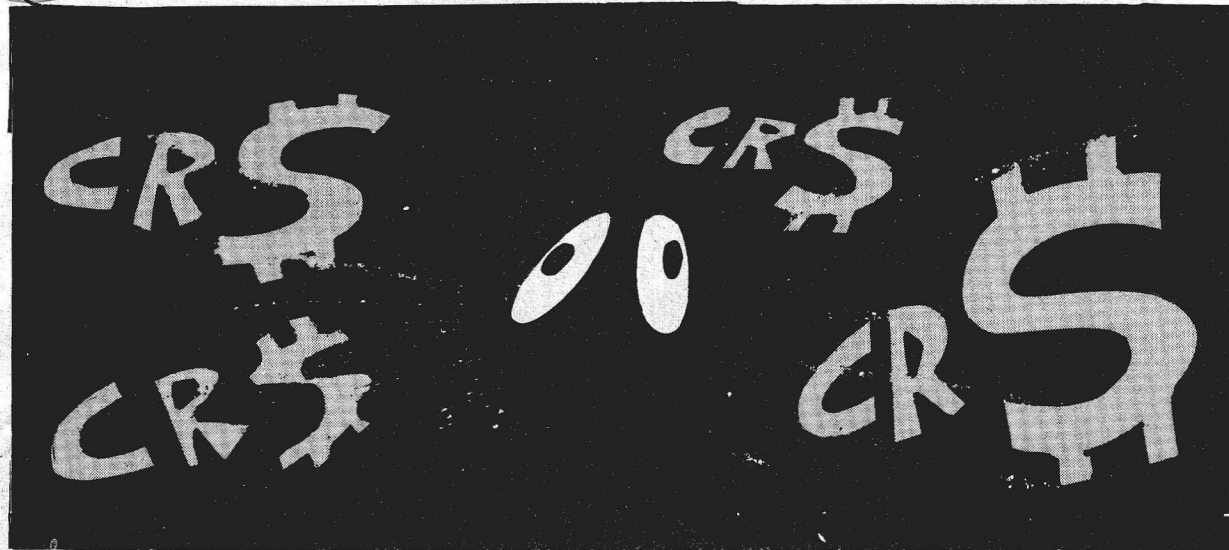
Orçamento de 91 ainda é incógnita

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — Vinte dias após o Congresso ter aprovado "no escuro" o Orçamento da União para este ano, o Executivo ainda não sabe como ficou a divisão dos gastos da máquina federal. No último dia 17, o Congresso aprovou o orçamento com cerca de 1.200 emendas, mas teve de confiar no relator da matéria, o Deputado João Alves (PFL-BA), que naquele dia também não sabia como ficaram os gastos. Desde então, o deputado vem trabalhando para montar o Orçamento, o qual deverá ficar pronto somente no final desta semana.

O Deputado promete que o documento estará pronto para a sanção do Presidente Fernando Collor no dia 11. A chamada "peça orçamentária" — as centenas de páginas que discriminam os recursos para cada Ministério e atividades e os investimentos programados para este ano — pode ser considerada um instrumento contra a recessão, como afirmou o Deputado.

— Com este orçamento, o Congresso busca a melhoria da qualidade de vida das populações mais carentes e



procura socializar os investimentos públicos diante da escassez de recursos — afirmou. O orçamento relaciona receitas de Cr\$ 9,42 trilhões, incluindo um aumento de despesas de Cr\$ 752 bilhões feito pelos parlamentares por conta de uma elevação na arrecadação de impostos.

Os Deputados aprovaram uma inovação este ano: a atualização monetária do orçamento, com base numa previsão inflacionária de 216% para este ano. Com essa atualização, daqui a 11 meses o orçamento executado poderá estar batendo em um número fantástico de 16 dígitos. São

Cr\$ 52,8 trilhões ou US\$ 305 bilhões, quase três vezes o valor da dívida externa do Brasil.

O Deputado João Alves defendeu as emendas adotadas na versão do Executivo, alegando que privilegiaram as regiões e bairros mais pobres do País, bem como as regiões com

potencial desperdiçado, como Amazonas, Mato Grosso e Tocantins. As emendas contemplaram, ainda, obras no Nordeste, todas defendidas por João Alves.

Com o atraso na sanção do Presidente, o Departamento do Tesouro Nacional tem duas alternativas para executar as despesas deste mês. Uma delas é recorrer aos "restos a pagar", que representam gastos contratados mas não desembolsados pelo Tesouro. Outra, aplicar o que dita a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que permite utilizar 1/12 do orçamento para cobertura de despesas, quando não houver autorização para contratar despesas. Ou seja, os técnicos calculam com base no projeto original quanto corresponde o desembolso de um único mês.

O Diretor adjunto do Tesouro, Alvaro Manoel, está torcendo para que o prazo fixado por João Alves realmente se concretize. Afinal, segundo ele, "um mês inteiro sem orçamento complica tudo". O maior problema, frisou, não são as despesas de início de mês, mas o pagamento de pessoal, já que o Departamento começa a rodar no computador as folhas de pagamento de funcionários a partir do próximo dia 15.

Clandestinidade

SE empresas estatais fogem ao controle do Estado, como está constatando o Ministério da Economia, elas serão tudo, menos estatais. E se gastam acima da própria capacidade de gerar recursos, não são sequer empresas. São aventuras.

SÓ que aventuras com recursos alheios; sacados, portanto, à conta de outrem e, ao que tudo indica, sem seu conhecimento.

À FALTA de uma vigilância constante do Governo sobre essas ditas estatais, talvez venhamos a acordar um dia com esta surpresa: estatais privatizadas, mas na clandestinidade e fora da lei. Privatizadas e partilhadas entre os mais ferrenhos defensores da estatização. Entende-se tanto empenho.